

Presidente da Frencoop analisa desafios e oportunidades do novo ciclo legislativo para o movimento



Com o início do ano legislativo de 2026, o cooperativismo volta a ocupar espaço estratégico na agenda do Congresso Nacional, em um contexto marcado pela retomada dos debates estruturantes, pela proximidade das eleições gerais e pela necessidade de consolidar políticas públicas capazes de promover desenvolvimento econômico com inclusão social.

À frente do processo de interlocução do movimento com os Poderes Legislativo e Executivo, o deputado Arnaldo Jardim (SP), presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop), se destaca como um dos maiores e mais atuantes parlamentares do país.

Com uma trajetória consolidada e reconhecida pela capacidade de articulação suprapartidária, Arnaldo tem contribuído de forma estratégica e efetiva para fortalecer o reconhecimento do cooperativismo como um modelo econômico moderno, democrático e profundamente conectado ao desenvolvimento regional e sustentável do Brasil.

E esse percurso construiu bases sólidas para esse novo ciclo de atuação, no qual o cooperativismo se posiciona como protagonista na formulação de soluções para desafios nacionais como crédito, sustentabilidade, inclusão produtiva, infraestrutura e participação cidadã.

Nesta entrevista exclusiva para o Sistema OCB, o deputado analisa as perspectivas do trabalho legislativo em 2026, comenta o papel da Frencoop em um ano eleitoral e detalha as pautas prioritárias do cooperativismo no Congresso Nacional e na interlocução com o Poder Executivo. Confira:

O início de 2026 marca a retomada dos trabalhos no Congresso em um ano com características muito próprias. Como o senhor avalia esse momento para o cooperativismo e para a Frencoop?

O início de 2026 é particularmente relevante porque reúne dois fatores importantes: a continuidade de uma agenda legislativa madura e a proximidade do processo eleitoral. Para o cooperativismo, isso significa a oportunidade de consolidar avanços, acelerar projetos estratégicos e reforçar seu papel como um modelo capaz de responder a desafios econômicos e sociais complexos.

A Frencoop entra nesse novo ciclo com uma atuação organizada, suprapartidária e conectada às prioridades do país. Nosso compromisso é garantir que o cooperativismo siga presente no centro do debate legislativo, não como um tema setorial, mas como parte das soluções estruturantes para o desenvolvimento do Brasil.

Ao longo dos últimos anos, o senhor tem conduzido a Frencoop em um processo de fortalecimento institucional. Que balanço faz dessa trajetória e do papel da frente hoje no Congresso? A Frencoop se consolidou como um espaço de diálogo qualificado e de construção coletiva dentro do Parlamento. Hoje, é uma frente respeitada, com ampla adesão de parlamentares de diferentes partidos e regiões, o que demonstra a capilaridade e a relevância do cooperativismo no Brasil.

Esse fortalecimento institucional é resultado de um trabalho contínuo de articulação, escuta e convencimento. Temos buscado mostrar, com dados e exemplos concretos, que as cooperativas geram emprego, renda, inclusão e desenvolvimento regional. Isso cria um ambiente político mais favorável, que permite avançar em pautas estratégicas e garantir maior segurança jurídica para o setor.

Entre as prioridades legislativas do cooperativismo em 2026, o PLP 262/2019 e o PL 357/2025 ganham destaque. Por que esses projetos são considerados estruturantes para o cooperativismo?

O PLP 262 trata do acesso das cooperativas aos fundos regionais de desenvolvimento, um tema central para reduzir desigualdades e estimular investimentos produtivos nos territórios. As cooperativas estão profundamente enraizadas nas

regiões onde atuam e têm enorme capacidade de transformar recursos em desenvolvimento sustentável. Garantir esse acesso é reconhecer o papel estratégico do cooperativismo no crescimento regional do país.

Já o PL 357, que é de minha autoria, reconhece o cooperativismo como manifestação da cultura nacional, tem um valor simbólico e institucional muito forte. Ele reforça que o cooperativismo não é apenas uma forma de organização econômica, mas uma expressão de valores como solidariedade, democracia, participação e responsabilidade social. Esse reconhecimento fortalece o setor no diálogo com o Estado e com a sociedade.

Além desses projetos, quais outras pautas prioritárias o cooperativismo acompanha no Congresso Nacional e na agenda do Poder Executivo em 2026?

A agenda do cooperativismo é ampla e transversal. No Legislativo, acompanhamos projetos que tratam da reorganização de cooperativas, da inserção do cooperativismo nos currículos da educação nacional, da modernização de regras para produtos financeiros, além de temas ligados ao trabalho, à saúde, à energia e à sustentabilidade. São propostas que buscam atualizar o marco legal, dar mais segurança jurídica e ampliar as oportunidades de atuação das cooperativas.

No âmbito do Poder Executivo, a prioridade está na regulamentação adequada de leis já aprovadas, especialmente em áreas como crédito, seguros, telecomunicações, cooperativas de trabalho e a própria reforma tributária, sempre com atenção ao respeito ao ato cooperativo. Também acompanhamos de perto agendas estratégicas como crédito rural, fundos constitucionais, licitações e o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões. Nosso esforço é garantir que o cooperativismo seja tratado de forma justa e coerente com sua natureza.

Como a Frencoop tem atuado na interlocução com o Poder Executivo diante dessa agenda regulatória tão relevante?

A Frencoop exerce um papel de ponte institucional. Muitas vezes, o desafio não está apenas na aprovação da lei, mas na forma como ela será regulamentada. Por isso, mantemos um diálogo permanente com ministérios, agências reguladoras e órgãos do governo, sempre em articulação com o Sistema OCB.

Nosso objetivo é contribuir tecnicamente para a construção de normas que reconheçam as especificidades do cooperativismo, promovam segurança jurídica e ampliem a capacidade das coo-

perativas de gerar desenvolvimento econômico e social. Esse diálogo qualificado é essencial para evitar distorções e garantir um ambiente regulatório equilibrado.

Em um ano de eleições gerais, que papel o senhor acredita que o cooperativismo pode desempenhar no debate público?

O cooperativismo tem uma contribuição muito relevante a oferecer ao debate eleitoral. Ele está presente em milhares de municípios, fortalece economias locais e promove inclusão produtiva e financeira. É um modelo que dialoga diretamente com temas centrais da agenda nacional, como desenvolvimento regional, sustentabilidade, geração de oportunidades e participação social.

Minha expectativa é que o cooperativismo ajude a qualificar o debate, mostrando que é possível crescer com equilíbrio, democracia e responsabilidade. As experiências concretas das cooperativas oferecem exemplos reais de políticas que funcionam e que podem inspirar decisões públicas mais eficientes.

Nesse contexto, qual a importância do Programa de Educação Política do Sistema OCB?

A educação política é fundamental para o fortalecimento da democracia. O Programa de Educação Política do Sistema OCB contribui para formar cidadãos mais conscientes, capazes de compreender o funcionamento do Estado e de participar de forma qualificada do debate público.

Quando cooperados e dirigentes entendem melhor o processo legislativo e as políticas públicas, eles se tornam agentes ativos da transformação social. Isso fortalece o cooperativismo e contribui para uma democracia mais participativa, transparente e responsável.

Para finalizar, que mensagem o senhor deixa para o movimento cooperativista neste início de 2026? A mensagem é de confiança e perspectiva de futuro. O cooperativismo tem demonstrado, de forma consistente, sua capacidade de gerar desenvolvimento com inclusão, resiliência e responsabilidade. A Frencoop seguirá firme na defesa desse modelo, trabalhando para que o ambiente legislativo e institucional seja cada vez mais favorável.

Cooperar é construir soluções coletivas para desafios complexos. E o Parlamento tem a responsabilidade de criar as condições para que o cooperativismo continue crescendo, inovando e contribuindo para um Brasil mais justo, sustentável e democrático.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA PET SERRA - EM LIQUIDAÇÃO

O Diretor Presidente da COOPERATIVA PET SERRA – COOPERATIVA DE CONSUMO DE PRODUTOS E ACESSÓRIOS DE PET, registrada na JUCERJA sob o NIRE nº 33400055675 e inscrita no CNPJ sob o nº 27.691.967/0001-13, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca todos os 32 cooperados, associados para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada em nossa sede, sito à rua Izelino Maduro, nº 510, loja 2, Chácara do Paraíso, Nova Friburgo/RJ, CEP 28605-300, no dia 7 de março de 2026, em primeira convocação às 09h:00min com a presente de 2/3 (dois terços) do número total de cooperados associados, em segunda às 10h:00min com metade mais 1 (um) do número total de cooperados associados e em terceira e última às 11h:00min convocação com a presença mínima de 10 (dez) cooperados associados para deliberar sobre as seguintes ordem do dia:

Assembleia Geral Extraordinária:

- 1- Dissolução da Cooperativa;
- 2- Nomeação do liquidante e do Conselho Fiscal para Proceder a Liquidação.

Nova Friburgo/RJ, 24 de fevereiro de 2026.

DIRETOR PRESIDENTE

GUILHERME ALVAREZ SANCHEZ

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA PET SERRA - EM EXTINÇÃO

O Diretor Presidente da COOPERATIVA PET SERRA – COOPERATIVA DE CONSUMO DE PRODUTOS E ACESSÓRIOS DE PET, registrada na JUCERJA sob o NIRE nº 33400055675 e inscrita no CNPJ sob o nº 27.691.967/0001-13, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca todos os 32 cooperados associados para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada em nossa sede, sito à rua Izelino Maduro, nº 510, loja 2, Chácara do Paraíso, Nova Friburgo/RJ, CEP 28605-300, no dia 21 de março de 2026, em primeira convocação às 09h:00min com a presente de 2/3 (dois terços) do número total de cooperados associados, em segunda às 10h:00min com metade mais 1 (um) do número total de cooperados associados e em terceira e última às 11h:00min convocação com a presença mínima de 10 (dez) cooperados associados para deliberar sobre as seguintes ordem do dia:

Assembleia Geral Extraordinária:

- 1- Aprovação das Contas dos liquidantes;
- 2- Extinção da Cooperativa.

Nova Friburgo/RJ, 24 de fevereiro de 2026.

DIRETOR PRESIDENTE

GUILHERME ALVAREZ SANCHEZ

Nomenclatura das Cooperativas de Crédito e Forma de Apresentação ao Público



O Banco Central do Brasil publicou a Resolução Conjunta nº 17/2025, que disciplina a nomenclatura e a forma de apresentação ao público das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, incluindo as cooperativas de crédito.

A Resolução supramencionada reforça a necessidade de clareza na identificação institucional, vedando o uso de denominações, expressões ou comunicações que possam gerar dúvida quanto à natureza jurídica da instituição ou induzir o público ao erro. O objetivo é fortalecer a transparência, a clareza nas informações e a confiança do cooperado com a adequada comunicação da instituição com o público.

Dessa forma, as Cooperativas de Crédito, não podem utilizar em seus nomes, marcas, domínios de internet ou qualquer tipo de comunicação com o público, termos que sugiram atividade para qual não tenha autorização específica, como por exemplo “banco”, “bank”, “banco de investimentos” ou outras expressões que não retratem a real atividade da Cooperativa.

A íntegra da Resolução pode ser consultada no site do Banco Central no [LINK](#)

Ações que precisam ser realizadas

1. Revisão da Identidade Institucional: Verificar se a denominação social, nome fantasia e materiais publicitários estão em conformidade com a atividade para qual

a Cooperativa foi autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil;

2. Análise de Canais de Comunicação: Avaliar site, redes sociais, aplicativos, contratos e materiais físicos, visando garantir que a identificação como cooperativa de crédito esteja clara e adequada;
3. Padronização Interna: Ajustar assinaturas institucionais, papelaria, documentos oficiais e comunicações eletrônicas;
4. Monitoramento Contínuo: Incluir a verificação da conformidade da nomenclatura nos processos de Compliance e Auditoria Interna.

Atenção: A norma exige adequação imediata após sua vigência, sendo fundamental que as cooperativas realizem a revisão preventiva de sua comunicação institucional e monitorem o Sistema Integrado de Suporte e Comunicação da Supervisão – SISCOM, com o objetivo de identificar questionamentos por parte daquela autarquia no tocante a aderência a Resolução Conjunta 17/25.

ENCONTRO ESTADUAL DE MULHERES COOPERATIVISTAS RJ

Tema: A mulher e sua rede de proteção!

12 de março
14h às 18h
Auditório Sistema OCB/RJ

Inscrições em:
www.rio.coop

Sistema OCB/RJ Doris Peres Zetol

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DAS ASSEMBLEIAS GERAIS EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA DA SOCIEDADE COOPERATIVA COOPCULT

A Diretora Presidente da SOCIEDADE COOPERATIVA COOPCULT - COOPERATIVA DE CONSUMO DE BANCÁRIOS E EX-BANCARIOS DO RJ, registrada na JUCERJA sob o NIRE nº. 33400052510 e inscrita no CNPJ sob o nº. 18.209.185/0001-04, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca todos os 51 cooperados associados para participarem das Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária, a serem realizadas em nossa sede, sito à Avenida Passos, nº. 115, sala 1.512, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP. 20.051-040, no dia 28 de março de 2026, em primeira convocação às 09h30min com a presença de 2/3 (dois terços) do número total de cooperados associados, em segunda às 10h30min com metade mais 01 (um) do número total de cooperados associados e em terceira e última às 11h30min convocação com a presença mínima de 10 (dez) cooperados associados para deliberar sobre as seguintes ordens do dia:

Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária:

Extraordinária:

1. Entrada de Novos Cooperados;
2. Saída de Cooperados Associados;
3. Renúncia/Saída de Diretores.

Ordinária:

1. Prestação de Contas do Exercício Social do Ano de 2025;
2. Relatório de Gestão;
3. Balanço Patrimonial;
4. Demonstração das Sobras ou Perdas Apuradas no Exercício Social do Ano de 2025;
5. Destinação das Sobras ou Perdas Apuradas no Exercício Social do Ano de 2025;
6. Eleição do Novo Mandato do Conselho Fiscal;
7. Eleição/Substituição de Diretores.

Rio de Janeiro/RJ, 24 de fevereiro de 2026.

SUELI LEVY GOULART BOIKO DE LIMA

DIRETORA PRESIDENTE